

## SUAS CONTAS - AJUSTE FISCAL

## O impacto do programa de ajuste na sua vida

*Desemprego deve aumentar e orçamento tende a ficar mais curto, por conta do aumento de impostos que deve provocar queda da atividade econômica*

REGINA PITOSCA,  
ROSÂNGELA DOLIS e  
SERGIO LAMUCCI

10% e 11% no ano que vem.

Paralelamente a isso, teremos de conviver ainda um bom tempo com taxas de juros elevadas. O sócio-diretor do Banco Rendimento Marcelo Steuer acredita que as taxas tendem a recuar à medida que as mudanças sejam aprovadas pelo Congresso. O economista-chefe do BankBoston, José Antonio Pena, diz também que, mesmo que o País readquirir a confiança dos investidores estrangeiros, as taxas deverão permanecer altas até que haja definição da adoção prática do pacote. Além disso, a decisão

do capital externo de voltar ao País não deve ocorrer do dia para a noite, lembra ele: a análise das medidas pode levar dias ou semanas. E é preciso levar em conta que há uma forte aversão ao risco no cenário internacional.

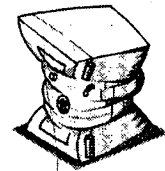
Perspectiva de crescimento do desemprego combinada com permanência de juros altos exige maior cautela de qualquer um. Não é hora de gastar, mas de fazer uma reserva financeira para enfrentar os tempos difíceis que temos pela frente.

As medidas de ajuste fiscal, no entanto, não devem parar por aí. O governo quer, agora, conduzir as reformas constitucionais a toque de caixa. A da Previdência deve ter continuidade na próxima semana, e as medidas que mais vão mexer com os segurados são as que virão na regulamentação dessa reforma. A mudança no cálculo do benefício, que deve levar em conta a expectativa de vida do segurado, deve ser a principal delas.

A vida do brasileiro tende a ficar mais difícil com a adoção do Programa de Estabilidade Fiscal (PEF). Não só porque ele traz aumento de impostos, mas também porque tende a retirar R\$ 28 bilhões da economia e corta investimentos do governo. Essas medidas devem acentuar a queda da atividade econômica, da produção e, portanto, do nível de desemprego.

As mudanças ainda terão de ser submetidas à apreciação do Congresso. Ainda não está certo, por exemplo, que a alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) passe de 0,20% para 0,38%. Há quem acredite que se trata de uma margem de negociação do governo e a alíquota definitiva venha a ficar em 0,35%. Seja qual for o percentual, sua cobrança torna mais curto o orçamento de pessoas físicas ou jurídicas.

Na opinião do coordenador de Política Econômica do Conselho Federal de Economia, Antônio Correa de Lacerda, não são as medidas do pacote isoladamente que deverão aprofundar a recessão e o desemprego, "mas o fato de elas estarem sendo aplicadas sobre uma economia já debilitada". Para ele, a situação econômica tende a agravar-se no primeiro trimestre do próximo ano, e o desemprego, que atualmente está em torno de 7,8% no País, pode subir para algo entre



**SITUAÇÃO**  
DEVE PIORAR  
NO PRIMEIRO  
TRIMESTRE DE 99

## O QUE MUDA

## CPMF

A incidência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que terminaria em 22 de fevereiro de 1999, foi prorrogada até 2001. A alíquota sobe de 0,20% para 0,38% em 1999 e recua para 0,30% em 2000 e 2001.

## BANCOS

Os bancos podem passar a pagar a Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) com alíquota de 3%.

## APOSENTADORIA

Retomada urgente da votação das reformas da Previdência Social que transitam no Congresso. Faltam ser votados três destaques. Com o fim da votação, o governo estará liberado para adotar medidas mais restritivas à concessão de benefícios, entre elas, a definição de idade mínima para obtenção do benefício.

## FUNCIONÁRIO PÚBLICO

1) Alíquota de cálculo da contribuição previdenciária de funcionários públicos da ativa da União de 9% a 11% para 11%, até o valor de R\$ 1,2 mil, e 20%, sobre a parcela que exceder R\$ 1,2 mil, pelo prazo de 5 anos. Após esse prazo a alíquota será única, de 11%.

2) Servidores inativos da União passam a pagar a contribuição à Previdência, da qual eram isentos, pela alíquota de 11%, até R\$ 1,2 mil, e de 20%, sobre o que exceder R\$ 1,2 mil, pelo prazo de 5 anos. Após esse prazo, a alíquota será única de 11%.

3) Demissões de servidores da União, dos Estados e dos municípios ficam facilitadas. Há o compromisso de regulamentar rapidamente a reforma administrativa aprovada, para que seja possível seguir a Lei Camata, pela qual o governo tem direito de fazer demissões quando, compromete mais de 60% da receita líquida com a folha de salários.

4) Contratação de funcionários pelas normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o que impedirá aposentadorias com vencimentos integrais. Para isso, será apressada a regulamentação da reforma administrativa.

## SONEGACÃO

A cobrança de débitos com a União deverá ser intensificada.

## EMPREGO

Encaminhamento da reforma trabalhista, com mudanças na estrutura sindical, incentivo a negociações diretas entre sindicatos e empregadores e maior flexibilidade das normas contratuais.

## AS CONSEQUÊNCIAS

## JUIROS

O plano de ajuste embute a expectativa de redução dos juros de 42% para 30% já em dezembro e para a faixa de 20% a 25% em meados de 1999. Isso significa que, na melhor das hipóteses, as taxas vão continuar altas por mais alguns meses.

## CRÉDITO

A manutenção das taxas de juros em níveis elevados faz com que continue contraindicados por enquanto o financiamento de imóvel, a compra parcelada, a solicitação de empréstimo, o uso do cheque especial e a rolagem da dívida no cartão de crédito. Além disso, o aumento da CPMF para 0,38% vai encarecer essas operações.

## RENDA FIXA

Os juros altos favorecem as aplicações de renda fixa, remuneradas por juros. A incidência de uma CPMF maior tende a promover um corte no rendimento final das aplicações, mas ainda assim o juro real (ganho acima da inflação) continuará muito atraente.

## CDBs

Entre as aplicações, os CDBs são os mais prejudicados com o aumento da CPMF para 0,38% a partir de fevereiro. É que o papel paga o tributo a cada vencimento, o que tem impacto negativo sobre o rendimento. Os fundos de investimento não estão sujeitos ao tributo a cada vencimento porque não precisam ser resgatados.

## CADENETA

Prazo da isenção da CPMF dado pelos bancos que hoje vai de 30 a 90 dias pode subir. A aplicação ganha competitividade se os bancos mantiverem a isenção da CPMF.

## DÓLAR

Cotação da moeda tende a cair no paralelo porque o curto prazo há a perspectiva de que o governo não irá alterar a política cambial. Investidor tende a trocar moeda por aplicações de renda fixa.

## FUNDOS DE CURTO PRAZO

Com a incidência da CPMF, sujeitam o investidor a prejuízo (aquele menor que o capital aplicado). Além disso, é possível que os bancos que hoje pagam a CPMF para seus clientes nessa aplicação deixem de oferecer esse benefício.

## CONTAS

Todas as dívidas pagas por meio de cheque do devedor ou débito em sua conta corrente ficam mais caras, porque provocam o desconto da CPMF.

## IMÓVEL

Por conta da perspectiva de manutenção da política cambial e da manutenção dos juros altos, investidor pode perder interesse por imóvel e proprietário interessado em desfazer-se do bem demorar ou ter de reduzir preço para fazer a venda. Cenário é favorável para quem quer comprar imóvel para uso próprio e tem dinheiro para pagar à vista, porque pode obter descontos. Por causa da CPMF, negócios envolvendo imóveis tendem a ser mais frequentes, como forma de driblar o imposto.

## ENTENDA O PACOTE

Por que as medidas são necessárias

## 1. PLANO REAL

Modelo econômico adotado pelo governo, de manter o real valorizado em relação ao dólar, levou o País a apresentar frequentes déficits cambiais (saída de recursos externos superior à entrada), com as importações correndo acima das exportações. Uma política que o tornou altamente dependente do capital financeiro para financiar seu déficit na conta corrente da balança de pagamentos (o buraco nas contas externas).

## 2. JUROS

Isso fez com que o País, que durante o começo da década de 90 apresentava superávit na balança comercial, passasse a registrar déficits elevados. Para fechar suas contas externas, o Brasil passou a depender do capital financeiro. Para atrair esse dinheiro, os juros tiveram de ficar em níveis elevados mesmo em períodos de calmaria no cenário externo, o que elevou o déficit público.

## 3. CRISE NA ÁSIA

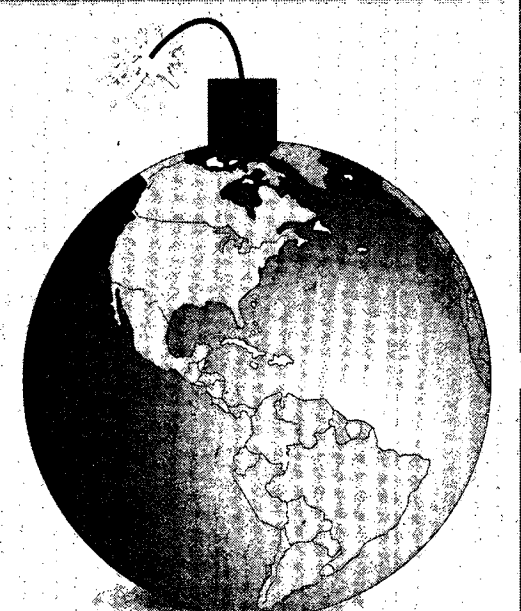
A crise nos países asiáticos afetou os mercados emergentes, obrigando o Brasil a elevar os juros para 43,4% ao ano e a editar o "pacote 51", em outubro de 1997. A questão é que a maior parte das medidas não foi posta em prática, com exceção do aumento de impostos. Como de costume, o governo enfrentou as dificuldades aumentando receitas, e não cortando despesas. Como o cenário internacional no primeiro semestre de 1998 apresentou melhoras e a política de juros altos fez com que as reservas cambiais brasileiras alcançassem a casa dos US\$ 75 bilhões, a equipe econômica optou por enfrentar o déficit fiscal apenas a partir do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso.

## 4. CRISE NA RÚSSIA

Em 17 de agosto, no entanto, a Rússia desvalorizou o rublo e decretou moratória parcial. A partir do colapso russo, a situação deteriorou-se rapidamente, e o capital estrangeiro para países emergentes, antes abundante, passou a escassear. Mais que isso, passou a ocorrer uma saída expressiva de capitais.

## 5. FUGA DE CAPITAIS

Tanto pelo receio de um colapso brasileiro sobre os credores externos como pela possibilidade de uma desvalorização do real, em agosto e setembro deste ano o País perdeu cerca de US\$ 30 bilhões de reservas. Apenas em 4 de setembro, a sangria de recursos somou nada menos de US\$ 2,916 bilhões. Na noite desse mesmo dia, o Banco Central (BC) elevou os juros de 19% para 29,75% ao ano, a primeira tentativa de estancar a fuga de dólares. Em 10 de setembro, o fluxo cambial ficou negativo em US\$ 2,244 bilhões. A autoridade monetária reagiu e, nesse mesmo dia, deu novo estímo nas taxas, que subiram de 29,75% para 49,75% ao ano. Na prática, porém, o BC colocou os juros na casa dos 40%.



## 6. MEDIDAS

Além de elevar os juros por duas vezes em menos de uma semana, o governo anunciou que duras medidas de ajuste fiscal estavam em gestação. Também acalmou os ânimos do mercado a perspectiva de que o FMI e outros organismos internacionais ofereceriam uma linha de crédito ao País. As mais recentes especulações dão conta de um pacote de US\$ 30 bilhões para o Brasil.

## 7. O COM FMI

Para obter o dinheiro do Fundo, o governo teve de firmar um compromisso de promover um programa fiscal (redução de despesas e aumento de receitas), para obter um superávit fiscal primário (receitas menos despesas, descontados os juros) nos próximos três anos. Teve, ainda, apoio para manter o regime cambial atual de desvalorização do real de 0,6% ao mês, em relação ao dólar.

## 8.

O governo baixou o pacote, portanto, para equilibrar as contas e reduzir o déficit público para ter acesso à linha de crédito do FMI. O equilíbrio nas contas deixaria o País menos dependente do capital externo, que também reduziria a desconfiança em relação à capacidade do Brasil de honrar compromissos. Uma condição necessária para reduzir as taxas de juros, para financiamento do chamado déficit gêmeo: o interno e o externo. A linha de crédito do FMI funcionaria, ainda, como uma reserva contingencial que inibiria ataques contra o real, mesmo com o recuo dos juros.

## 9. NOVAS

Mas, para a obtenção do equilíbrio definitivo das contas públicas, não bastam as medidas de ajuste: é preciso a aprovação e adoção das reformas administrativa, previdenciária e tributária. A administrativa já foi aprovada, mas ainda necessita de regulamentação. A previdenciária, por sua vez, está em fase final de tramitação no Congresso, mas os especialistas entendem que novas medidas terão de ser adotadas para eliminar de vez o rombo da Previdência, o que exigirá a aprovação de legislação infraconstitucional. A reforma tributária, por fim, deve começar a ser discutida no fim do ano ou apenas no início de 1999. Talvez seja a de mais difícil aprovação, pois deve contrariar os interesses de Estados e municípios.

## MUDANÇAS NA PREVIDÊNCIA

## O que entra imediatamente em vigor por medida provisória

**Funcionário Público:** todos os ativos e inativos federais passarão a contribuir com a alíquota de 11% até a parcela de R\$ 1.200,00 do seu salário; para a parcela acima disso, a alíquota de contribuição será de 20%. Supondo que o servidor ou inativo ganhe R\$ 2.000,00 mensais, a sua contribuição será composta por R\$ 132,00, referentes à incidência da alíquota de 11% sobre R\$ 1.200,00, mais R\$ 160,00, relativos a aplicação da alíquota de 20% sobre os R\$ 800,00 restantes. A sua contribuição total será, portanto, de R\$ 292,00 e corresponderá a 14,6% do seu salário.

## O que entra em vigor com a aprovação da emenda constitucional

**Eliminação da aposentadoria por tempo de serviço:** a partir da data de publicação da reforma, para aposentar-se com o benefício integral, o homem deverá comprovar 35 anos de contribuição e a mulher, 30 anos.

**Aposentadoria proporcional:** extinta para quem ingressar na Previdência a partir da data de publicação da reforma. Para quem contribui, o acréscimo de 40% no tempo que falta e a exigência de idade mínima de 53 anos, homem, ou 48 anos, mulher, depende da rejeição do destaque a ser votado na Câmara.

**Servidor:** benefício integral após 35 anos de contribuição e 60 anos de idade, homem, e após 30 anos de contribuição e 55 anos, mulher. Quem trabalha poderá optar pela regra de transição, que prevê o acréscimo de 20% no tempo que falta no regime atual. Para o benefício proporcional, o acréscimo será de 40%. Em ambos os casos, haverá exigência da idade mínima de 53 anos, homem, ou 48 anos, mulher. Também haverá a necessidade de comprovar de dez anos na administração pública e cinco anos no cargo.

**Cálculo do benefício:** fim do critério de cálculo do benefício com base nos 36 últimos meses de contribuição.

**Restrições à aposentadoria especial:** benefício será concedido apenas por função, desde que haja a comprovação da efetiva e permanente exposição a agente nocivo à saúde durante todo o exercício da atividade. Fica proibida a criação de benefício especial por categoria, como ocorreu no passado, e também a conversão do tempo de serviço especial para fim de aposentadoria comum. Medida depende da rejeição do destaque que retira a palavra "exclusivamente" do artigo que disciplina a aposentadoria especial.

**Teto para benefícios especiais:** os benefícios criados por legislação especial, como o de ex-combatente e o de anistiado, ficarão limitados ao teto previsto na emenda. A emenda prevê que, para os servidores, o teto será equivalente ao salário pago aos juizes federais (fixados em R\$ 12,7 mil na reforma administrativa).

## O que vem na regulamentação

**Conta individual:** cada segurado terá uma conta aberta em seu nome, em que serão creditadas as contribuições mensais.

**Cálculo do benefício:** a aposentadoria passará a ser calculada com base nas contribuições feitas pelo segurado durante toda a sua vida de trabalho. Após a apuração do saldo do segurado, a renda mensal será calculada de acordo com o tempo que falta para que ele atinja a média de expectativa de vida no País. Por exemplo, supondo que o segurado entrasse com o pedido aos 60 anos e a expectativa de vida atinja 75 anos, o seu benefício será apurado com base nos 15 anos que faltam para ele atingir essa média.

**Manutenção da contribuição patronal:** a contribuição dos patrões será mantida em 20% sobre o salário total.

**Previdência privada dos servidores:** lei definirá os critérios para criação do regime de previdência privada dos servidores para financiar benefícios superiores a R\$ 1,2 mil. Dispositivo depende da rejeição do destaque que prevê a proibição da União, Estados e municípios criarem plano de previdência privada.

**Benefício do servidor:** a aposentadoria não poderá ser superior à remuneração do último cargo efetivo do servidor.

**Regime de previdência do servidor:** para a criação de regimes previdenciários pelos Estados e municípios será necessária a participação de pelos menos cinco mil segurados.

**Contribuição do servidor em geral:** a parcela a ser recolhida pelos organismos públicos não poderá ser superior a duas vezes à do servidor.

## O que o governo quer recuperar até o ano que vem

**Limite de idade:** a exigência da idade mínima de 60 anos, homem, ou 55 anos, mulher, para a aposentadoria integral poderá vir por meio de aprovação de dispositivo pelo Senado, ainda este ano, ou então, por intermédio de emenda constitucional em 1999.

**Redutor de benefício:** a mesma estratégia deverá ser adotada para a fixação de um redutor do benefício superior a R\$ 1,2 mil do servidor.

## APORTE O CINTO

- Evite gastar
- Faça as compras estritamente necessárias; adie as demais
- Só compre à vista e peça desconto
- Fuja dos financiamentos; a taxa de juros elevada dificulta o controle do orçamento
- Não compre, se isso implicar entrar no limite do cheque especial ou rolar a dívida no cartão de crédito - linhas que cobram taxas entre 12% e 13% ao mês
- Se a compra for indispensável, faça uma pesquisa de preços, taxas de juro e condições de pagamento
- Procure fazer uma reserva financeira para garantir as despesas essenciais em caso de desemprego
- Essa reserva deve ser equivalente a 12 vezes o total dos gastos mensais, tempo médio para o trabalhador conseguir recolocação, atualmente, no mercado
- Providenciar uma poupança é interessante não só pela segurança que pode proporcionar ao assalariado, mas também porque vai proporcionar bons ganhos com as taxas de juros elevadas
- Não se entusiasme com as compras, com a proximidade do Natal
- Procure comprar pequenas lembranças para presentear amigos e parentes
- Não comprometa o seu "13"; tente usá-lo para pagamento de dívidas ou na formação da reserva financeira
- Lembre-se das despesas extras do início do ano, com o IPVA, o IPTU, compra de material escolar e uniformes
- Faça um levantamento na ponta do lápis dos tipos de despesas que você tem para identificar quais poderão ser cortadas
- Para amenizar o impacto da CPMF no bolso, procure acertar os seus compromissos diretamente com recursos que você receber de terceiros, em dinheiro ou cheque
- Torne as contas correntes individuais de filhos, esposa e marido em contas conjuntas. Isso evitará a cobrança do tributo, nas transferências bancárias
- Escape da CPMF fazendo aplicações em caderneta, que aceita cheque de terceiro no depósito. No resgate, alguns bancos poderão bancar o imposto para depósitos superiores a três meses
- Algumas instituições podem vir a bancar a CPMF quando o depósito for em cheque também em aplicações em fundos de investimento
- A menos que a taxa seja muito atraente, evite os CDBs, que são tributados pela CPMF a cada vencimento, o que reduz o rendimento líquido

